Polícia vai cumprir mandado de prisão

Renato Alves e
Sheila Messerschmidt

Da equipe do **Correio**

Provocados pela possibilidade de Pedro Passos reaparecer já na madrugada de hoje para campanha política, a Polícia Civil sentiu seus calcanhares mordidos. As declarações do advogado do candidato a distrital, André Campos Amaral, de que Passos prepara um comício para sua volta e já estaria na capital, mobilizou a equipe da Delegacia de Capturas e Polícia Interestadual (DCPI). Durante todo o dia, os 36 policiais e o delegado que chefia a busca, Antônio Admar Brandão, fizeram campanhas em prováveis esconderijos do candidato, próximos a Brasília. Até as 20h, o candidato não havia sido encontrado.

A Polícia Civil não acredita que o Código Eleitoral impedirá a prisão de Passos caso ele volte às ruas. O diretor do Departamento de Polícia Especializada (DPE), Domingos Muniz, afirma que o mandado será cumprido e que caberá à Justiça decidir por manter ou não a prisão.

A Polícia decidiu cumprir o mandado de prisão após uma reunião ontem de manhã no prédio da Secretaria de Segurança. Participa-

ram do encontro o secretário Athos de Faria; o diretor geral da Polícia Civil, Laerte Bessa; o diretor da DPE Domingos Muniz e o delegado Admar Brandão. O assunto foi a captura de Pedro Passos. "Depois dessa reunião foi o maior alvoroço, todo mundo saiu pra rua", comentou um assessor próximo da direção da Polícia Civil.

Na quinta-feira à noite, Laerte Bessa consultou o juiz eleitoral Amaro Senna. Sem citar o caso específico de Pedro Passos, Bessa fez um pedido formal ao TRE uma orientação sobre como proceder durante os 15 dias que antecedem as eleições em relação ao cumprimento de mandados de prisão contra candidatos do DF. Bessa ressaltou que a intenção da consulta era manter a "boa convivência" entre o Ministério Público, a Polícia e a Justiça Eleitoral.

Na mesma noite em que o pedido foi ajuizado, saiu a decisão do TRE. O juiz Amaro Senna deu um despacho, negando-se a responder à questão de Bessa. "Existem quatro jurisprudências no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e elas dizem que, em ano de eleições, os TREs não devem responder a nenhuma consulta desse tipo", explicou. (Colaborou Valéria Feitoza)